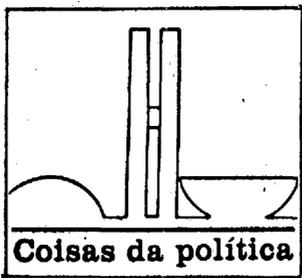


Sarney investe no pacto que não interessa a Ulysses

SEGUE avançando o Presidente José Sarney para empolgar, de vez, o controle do Governo e ocupar o espaço que naturalmente lhe cabe de personagem principal da cena brasileira. No último sábado, em reunião na Granja do Torto com ministros



Coisas da política

e economistas, avisou a quem interessar possa que será ele o responsável pela definição da política econômica do Governo, depois de consultada a sociedade e de levadas em conta as suas sugestões. O Presidente avançou ontem na outra ponta do laço. Como o Deputado Ulysses Guimarães refugou o convite para tecer um pacto político que dê sustentação ao Governo e confira uma certa tranquilidade ao País até as eleições de 1986, o Presidente da República decidiu, ele mesmo, fazê-lo. Vai reunir representantes de todos os partidos, inclusive dos comunistas, para discutir o pacto e, se possível, estabelecê-lo em um prazo relativamente curto.

O Presidente tem pressa — e não lhe faltam razões para isso. Descobriu que não pode confiar em um Congresso desarticulado para amparar as propostas do seu Governo. O rito da barganha e dos acordos na Câmara e no Senado foi superado pela irrupção da indisciplina e do inconformismo. Diluíram-se as fronteiras partidárias, dissipou-se, de vez, qualquer vestígio de unidade dentro dos partidos. Os líderes só garantem ao Governo a fidelidade de seus votos, não falam mais em nome de ninguém, por mais que se esforcem por conduzir as suas bancadas. O Governo provou o gosto amargo de ter sido atropelado em algumas de suas iniciativas ou de ver aprovadas coisas que não lhe interessavam. A proximidade da primeira rodada de eleições da Nova República desperta apetites adormecidos e convida à rebeldia. O barco da Aliança Democrática faz água por todos os lados e dificilmente atracará em porto seguro até o final de 1986.

O jeito é o Presidente intervir, pessoalmente. O deputado Ulysses Guimarães, na condição de presidente da Câmara e de presidente do maior partido do País, age, no mínimo, com excesso de prudência. Ou de oportunismo. Elegeu-se, de forma apertada, para a presidência da Câmara. Assiste à convulsão interna do seu partido que foi para o Governo mas que não é governo. Sabe que enfrentará graves dificuldades para se reeleger presidente do PMDB. Está de olho, como o estão Brizola, Montoro, Aureliano e Marco Maciel, na cadeira que o Presidente Sarney deixará vaga ao fim do seu Governo. A perplexidade e a ambição paralisam o Deputado Ulysses Guimarães, que só recobra a agilidade quando se ocupa em escalar correligionários para lugares ainda sem dono no segundo e terceiro escalões do Governo. De resto, a proposta de pacto político implica sentar à mesa do poder com vários comensais — e o deputado prefere dividi-la apenas com o Presidente Sarney.

O Deputado Ulysses Guimarães deseja, sem dúvida, o fortalecimento do poder civil entre nós. As chances que possui de alcançar um posto que já passou perto de suas mãos passam por um razoável desempenho do Presidente Sarney. Talvez não passem, ele pode imaginar, pela consolidação da liderança do Presiden-

te, por mais que o Sr Sarney diga e repita que aspira, apenas, a cumprir com sua obrigação, entregar a faixa ao seu sucessor eleito pelo voto direto e dedicar-se, depois, à literatura, aposentada por um ritmo de trabalho que o obriga a mais de 12 horas de expediente por dia. Deve o Deputado Ulysses Guimarães saborear a tentação de desejar um Governo Sarney dependente de sua ajuda contínua, vulnerável às suas constantes intervenções, sujeito, de certa forma, a algumas de suas vontades. Um governo de quatro anos não interessa ao Governador do Rio de Janeiro e pode não interessar muito ao presidente do PMDB.

Interessa, naturalmente, ao Sr Sarney que, para tê-lo, depende hoje de sua própria performance, mais do que de qualquer outra coisa. Então ele arregaça a camisa e vai à luta, não espera que outros lutem por ele. Há um hiato de tempo de agora até a eleição da Assembléia Nacional Constituinte, e esse hiato tem que ser preenchido por alguma coisa. A eleição de prefeitos de capitais, em novembro próximo, não serve aos propósitos do Sr Sarney — como não serviria aos do Presidente Tancredo Neves. Foi uma promessa de campanha que o Presidente eleito pretendia esquecer. Os Governadores Brizola, Montoro, Hélio Garcia e todos os do Nordeste eram contrários ao seu cumprimento. No dia em que se internou no Hospital de Base de Brasília, o Sr Tancredo Neves admitiu para o Senador Marco Maciel que não sabia mais se não seriam maiores as vantagens de realizar a eleição de prefeito. Pretendia, enquanto pensava a respeito, sustar no Congresso qualquer emenda que a restabelesse.

O Congresso foi mais rápido no gatilho e, na ausência definitiva do Sr Tancredo Neves, aprovou o que o Presidente Sarney não teve coragem de vetar. A expectativa em torno da eleição da Constituinte, a necessidade de aplainar o caminho até ela, e a fragilidade atual da base de sustentação política do Governo estão na origem da proposta do pacto do Sr Sarney. O Presidente não inova quanto a isso. A idéia do pacto, ou de uma trégua, foi sacada pelo Sr Tancredo Neves quando ainda era candidato à sucessão do Presidente Figueiredo. O Sr Joaquim dos Santos Andrade, estimulado pelo próprio candidato, andou sondando lideranças sindicais paulistas quanto à idéia. O atual Ministro da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão, encarregou-se de testar a sensibilidade do outro lado, do lado dos empresários e banqueiros. O Sr Tancredo Neves adivinhava as dificuldades que arrostaria no início de governo e ansiava, para isso, por uma certa calma.

As dificuldades que ora enfrenta o Sr Sarney não diferem muito daquelas que atravancariam a trajetória do Presidente Tancredo Neves. São praticamente as mesmas, agravadas, com certeza, pelo desaparecimento do líder que foi capaz de armar a mais complexa coligação de forças políticas estabelecida em torno de um só homem na história desse País. A renegociação da dívida subiu a rampa do Palácio do Planalto e tirou o sono do Presidente. Produziu, anteontem, um desabafo ouvido pelo Deputado paulista João Hermann Neto: "Preciso da unidade das forças internas para negociar. E parece que não estão entendendo isso".

A unidade está no pacto, que obrigará o Presidente Sarney a fazer mais concessões do que as previstas pelo Presidente Tancredo Neves.

RICARDO NOBLAT

Editor regional do JORNAL DO BRASIL em Brasília